

ATA Nº 2/13

Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e treze, pelas dez horas e quarenta minutos, no oitavo andar da sede social, na Avenida João XXI, número sessenta e três, em Lisboa, prosseguiu a reunião da assembleia geral anual da Caixa Geral de Depósitos, S.A., regularmente convocada para o dia 9 de maio de 2013, com a seguinte ordem do dia:

1. Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2012, da atividade individual e consolidada;
2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
3. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
4. Deliberar sobre a proposta de nomeação dos revisores oficiais de contas, efetivo e suplente, para o mandato de 2013-2015;

5. Deliberar sobre a declaração relativa à política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

A referida sessão de 9 de maio de 2013 foi suspensa, para prosseguir no dia de hoje, nos termos do artigo 387º do Código das Sociedades Comerciais.

Encontravam-se presentes a Senhora Dr^a Elsa Roncon Santos, Diretora-Geral do Tesouro e Finanças, na qualidade de representante do Estado, acionista detentor da totalidade do capital social da Caixa Geral de Depósitos, S.A.; o Senhor Professor Doutor Manuel Luís Rodrigues, Secretário de Estado das Finanças; o Presidente e o Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhores Professor Doutor Manuel Carlos Lopes Porto e Doutor Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete, respetivamente; os membros do Conselho de Administração, Senhores Eng^o Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira, Presidente, Dr. José Agostinho Martins de Matos, Vice-Presidente, Dr. Norberto Emílio Sequeira da Rosa, Dr. Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador, Dr. Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz, Dr. João Nuno de Oliveira Jorge Palma, Dr. José Pedro Cabral dos Santos e Professor Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento, Vogais; a sociedade de revisores oficiais de contas “Oliveira Rego & Associados, SROC”, representada pelo Senhor Dr. Pedro Miguel Marques Antunes Bastos; e o Secretário da Sociedade, Senhor Dr. João Manuel Travassos Dias Garcia.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou aberta a sessão, após o que a Senhora Dr^a Elsa Roncon Santos, enquanto representante do acionista Estado, detentor da totalidade do capital social da Caixa Geral de Depósitos, S.A., pediu a palavra para propor e votar favoravelmente que a ordem do dia da assembleia geral anual, acima transcrita, fosse alterada, aditando-se um novo ponto 1., com o seguinte teor: “*Ponto 1 – Carta de Missão: Apresentação da visão do acionista sobre a Caixa Geral de Depósitos*”, alterando-se consequentemente a numeração dos restantes pontos da ordem do dia. Afirmou que o ponto 1 seria apresentado diretamente pelo Senhor Secretário de Estado das Finanças, presente nesta reunião para esse efeito, pelo que solicitou ao Senhor Presidente da Mesa que concedesse a palavra àquele membro do Governo.

O Senhor Secretário de Estado das Finanças tomou a palavra, saudou todos os

presentes e fez a apresentação da Carta Missão para a Caixa Geral de Depósitos.

Referiu-se seguidamente à história da Caixa Geral de Depósitos e ao fator de estabilização que a instituição representou ao longo de períodos de crise, sempre ultrapassados com preservação do capital de confiança no quadro do sistema bancário e junto dos depositantes.

Aludiu depois ao período subsequente à formalização do acordo de assistência internacional celebrado em 17 de maio de 2011 e realçou o facto de a primeira fase do programa de ajustamento, a fase da estabilização, estar concluída, até com antecipação, estando os principais desequilíbrios macroeconómicos corrigidos, o sistema bancário mais estável e a transformação estrutural a decorrer a um ritmo encorajador, apoiada na recuperação da credibilidade e confiança, o que é comprovado pelas operações de financiamento do Tesouro, de médio e longo prazos, e pelas emissões de médio prazo por parte de empresas portuguesas de referência, entre as quais a CGD.

Ultrapassada, pois, a primeira fase, a etapa que agora se inicia no processo de ajustamento é a da recuperação, que exige investimento e competitividade, criando as bases do crescimento sustentado e gerador de emprego, antecipando o período pós “troika”.

Nesta fase, a Caixa Geral de Depósitos tem um papel imprescindível a desempenhar no financiamento das empresas, em especial das pequenas e médias empresas, que já constituía, aliás, um vetor da sua missão, podendo e devendo aspirar à posição de banco líder (i) na concessão de crédito às pequenas e médias empresas (especialmente exportadoras); (ii) no fomento da atividade produtiva, em particular de bens e serviços transacionáveis; e (iii) no apoio à internacionalização das empresas portuguesas.

Com esta Carta Missão, o governo não pretende interferir na gestão da Caixa, mas apresentar grandes linhas e objetivos claros, que, na evolução da atual missão da CGD, permitam à gestão do banco delinear a melhor estratégia para alcançar os objetivos, apresentando resultados concretos e mensuráveis, e criar uma nova dinâmica no mercado bancário, em termos compatíveis com o plano de financiamento e capital e com o plano de reestruturação e no quadro de uma gestão prudente e rigorosa e particularmente atenta à

gestão do risco, à solidez e solvabilidade do banco e aos indicadores da sua robustez financeira.

O financiamento das pequenas e médias empresas e a criação de emprego são prioritários para a próxima década.

Nesta Carta Missão há poucos objetivos numéricos, mas há um que é muito claro: ao longo do triénio de 2013-2015 o valor agregado de crédito a empresas não financeiras – excluindo o setor da construção e promoção imobiliária, bem como as empresas públicas fora do perímetro de consolidação – deve aumentar em cerca de 2.500 milhões de euros, a repartir equitativamente ao longo deste período, com um aumento muito significativo já este ano.

Na assembleia geral de hoje fecha-se o exercício de 2012 e reflete-se sobre um ano e sobre a visão para a próxima década, tendo sido à luz destes critérios que foi elaborada a Carta Missão.

A presença de um membro do governo a apresentar a Carta visa apoiar o que tem sido feito e, por outro lado, realinhar a Caixa Geral de Depósitos em torno do relançamento de atividade económica geradora de emprego.

Agradeceu ao Senhor Eng^o Fernando Faria de Oliveira, expressando que a Caixa Geral de Depósitos está reconhecida pela sua grande dedicação, acrescentando que o cargo de Presidente do Conselho de Administração será assumido pelo Senhor Professor Doutor Álvaro do Nascimento, sendo que a equipa será reforçada.

A Carta Missão foi distribuída durante a sessão e é reproduzida a seguir:

“Ao

Presidente da Comissão Executiva da

Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Exmo. Senhor Dr. José Agostinho de Matos

Lisboa, 31 de maio de 2013

*Assunto: **Missão da Caixa Geral de Depósitos, S.A.***

Exmo. Senhor Dr. José Agostinho de Matos,

A Caixa Geral de Depósitos, fundada em 1876, tem uma história que se confunde

com a história do sistema bancário português. Como banco público, a Caixa Geral de Depósitos reflete a história financeira e política de Portugal num período em que se verificou um forte alargamento da intervenção do Estado na vida económica e social do país. Na sua história a Caixa Geral de Depósitos tem sido um pilar de confiança para os depositantes bancários, mesmo em situações de turbulência financeira e política.

Depois de mais de uma década (final anos 90 e primeira década de 2000) a acumular desequilíbrios macroeconómicos e bloqueios estruturais, a progressiva perda do acesso ao financiamento privado determinou uma situação de bancarrota iminente (abril 2011) e a consequente necessidade de recurso a financiamento oficial, formalizado no acordo de assistência internacional celebrado em 17 de maio de 2011.

O setor bancário contribuiu para os referidos desequilíbrios ao intermediar financiamento internacional e promovendo o endividamento de empresas não financeiras e famílias. O ajustamento do setor passa, pois, necessariamente pelo reforço da estabilidade financeira e pela alteração do modelo de negócio dos bancos portugueses de forma a permitir que desempenhem um papel central no financiamento da economia portuguesa, devendo os bancos ser capazes de avaliar as perspetivas de negócio dos tomadores de crédito.

Desde o início do programa - e quando se cumprem 2 anos sobre o mesmo - é possível registar os importantes progressos alcançados, em particular, no sector financeiro. O ajustamento foi particularmente rápido no sector financeiro. De facto, neste período, foram eliminadas, quase por completo, as necessidades líquidas de financiamento no exterior. Ao mesmo tempo, foi reforçado o capital das instituições de crédito portuguesas e melhorada a sua capacidade de acesso às fontes de liquidez oferecidas pelo Eurosistema.

Neste momento, os principais desequilíbrios macroeconómicos estão corrigidos, o sistema bancário está mais estável e a transformação estrutural decorre a um ritmo encorajador, apoiada na recuperação da credibilidade e confiança. A atestá-lo estão as operações de financiamento do Tesouro de médio e longo prazo, iniciadas com a operação de troca de dívida em outubro de 2012. Este primeiro momento foi seguido de operações sindicadas de emissão de obrigações a cinco e dez anos, respetivamente em janeiro e

maio de 2013. Estas operações inserem-se num programa mais vasto de emissões de médio prazo por parte de empresas portuguesas de referência, incluindo, naturalmente, o grupo Caixa Geral de Depósitos.

Portugal entra agora num momento crucial do seu processo de ajustamento. É o momento da recuperação. É o momento do investimento. Terminou, podemos afirmá-lo, a fase de prioridade a medidas de curto prazo e de estabilização. É este o momento de concretizar as bases para o crescimento sustentado e criador de emprego.

Como em todos os momentos definidores da história de um país é tempo de aparecerem os agentes - individuais e institucionais - capazes de concretizar esta transformação. A Caixa Geral de Depósitos, pelas suas singulares características, também é chamada a contribuir a partir da sua esfera de atuação.

A Caixa Geral de Depósitos constitui, por um lado, um importante instrumento da política económica, prosseguindo uma função insubstituível de apoio estratégico às empresas e sectores de atividade que em cada momento são considerados decisivos para o desenvolvimento do país. Por outro lado, como instituição inserida em condições de plena concorrência no mercado financeiro nacional e internacional e sujeita às mesmas regras exigentes de regulação e supervisão, a Caixa Geral de Depósitos conseguiu alcançar uma posição de relevo (em termos de número de clientes, captação de depósitos e volume de operações de crédito) que beneficia também da sua profunda implantação no território nacional. A Caixa Geral de Depósitos surge assim como uma instituição imprescindível nesta nova fase do processo de ajustamento português. Neste quadro é oportuno que o Estado, como acionista único, explicita publicamente os objetivos e prioridades da Caixa Geral de Depósitos nesta Carta de Missão.

A Caixa Geral de Depósitos (e o Estado enquanto seu acionista) tem como prioridade a orientação da sua atividade creditícia para as empresas, mantendo o seu papel de instituição de referência na poupança das famílias, permitindo diversificar fontes de financiamento e reduzir o risco de liquidez do seu balanço. Esta prioridade deve concretizar-se na continuação da disponibilização de linhas e produtos orientados para as necessidades das empresas portuguesas.

Uma atenção especial terá de ser dirigida às pequenas e médias empresas (que estão mais dependentes do crédito bancário do que empresas de maior dimensão). Neste sentido, a Caixa Geral de Depósitos deverá reorientar a sua carteira de crédito e oferecer condições de crédito adaptadas às condições de financiamento da economia portuguesa, salvaguardados critérios prudentes de avaliação de risco. Em segmentos importantes da nossa economia é exigida uma orientação ativa e inovadora visando contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas e para o aumento da capacidade exportadora. Num sentido mais amplo, a Caixa Geral de Depósitos deve contribuir para a alteração estrutural da economia portuguesa, mais assente no setor dos bens transacionáveis.

Tais objectivos encontram respaldo direto na Missão que a Caixa Geral de Depósitos assume publicamente (1) no sentido de contribuir ativamente para (i) o desenvolvimento económico do país, (ii) a internacionalização e inovação das empresas portuguesas, num enquadramento de reforçada competitividade e (iii) a promoção da sustentabilidade em termos latos.

A Caixa Geral de Depósitos pode - e deve - aspirar à posição de banco líder:

- Na concessão de crédito às pequenas e médias empresas (especialmente exportadoras);*
- No fomento da atividade produtiva, em particular de bens e serviços transacionáveis;*
- No apoio à internacionalização das empresas portuguesas.*

Em concreto, e no imediato, a Caixa Geral de Depósitos deve concentrar os seus esforços na sua prioridade central: a concessão de crédito à atividade produtiva em Portugal. Deve pois expandir o seu crédito à economia nacional, em termos compatíveis com o seu plano de financiamento e capital, discutido e aprovado pelas autoridades nacionais em articulação com os credores externos oficiais, e com o plano de reestruturação, a ser aprovado pelas autoridades de concorrência europeia nos termos do processo de ajuda de Estado. Assim, ao longo do triénio 2013-2015 o valor agregado de crédito a empresas não financeiras - excluindo o sector da construção e promoção imobiliária, bem

como as empresas públicas fora do perímetro de consolidação - deve aumentar em cerca de 2.500 milhões de euros. Este reforço do financiamento à economia deverá ser equitativamente repartido ao longo deste período, com um aumento muito significativo já este ano. Neste sentido, deverão os recursos do Grupo Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente em áreas non-core, ser redimensionados para potenciar a vocação prioritária acima definida.

O Estado confia a prossecução destes objectivos à gestão da Caixa Geral de Depósitos, que deverá apresentar resultados concretos e mensuráveis. O desafio é grande e as circunstâncias exigentes. Da gestão da Caixa Geral de Depósitos é esperada a capacidade para delinear a melhor estratégia para alcançar aqueles objectivos, bem como para estimular e mobilizar toda a organização e todo o capital humano do banco para este momento. Ao mesmo tempo, o atual contexto continua a exigir particular atenção à gestão do risco, à solidez e solvabilidade do banco e aos indicadores da sua robustez financeira. A cada um dos membros do conselho de administração em geral e da comissão executiva em particular compete por isso também assegurar uma atuação orientada por princípios de gestão prudente e rigorosa.

Pelas suas características, a Caixa Geral de Depósitos tem a capacidade de criar uma nova dinâmica no mercado bancário, esperando-se que a sua atuação seja seguida pelos demais bancos a operar no mercado português potenciando o movimento de crescente financiamento da atividade económica e das empresas portuguesas.

É oportuno recuperar da história da Caixa Geral de Depósitos os objetivos primordiais da sua atividade centrada, numa primeira fase, no recebimento e administração de depósitos com o propósito expresso de difundir, promover e incitar nas classes mais vulneráveis o espírito de economia. Esta atividade viria, mais tarde, a ser alargada às atividades de crédito em geral (hipotecário, agrícola e industrial), até culminar na prestação de serviços bancários gerais e na confirmação do papel da instituição na prossecução de objetivos de política económica e social (2).

A atual vocação universal da Caixa Geral de Depósitos permite-lhe atuar em todas as áreas do financiamento à economia, em todos os segmentos, a curto, médio e longo

prazo e através de diferentes formas de financiamento. A Caixa Geral de Depósitos deve incentivar a capitalização do tecido empresarial Português, bem como desenvolver a atividade de financiamento de projetos de fomento ao serviço da nossa economia para apoio às micro, pequenas e médias empresas. Em particular, a Caixa Geral de Depósitos deve apoiar o empreendedorismo, a inovação e a internacionalização das empresas com elevado potencial de crescimento, das empresas exportadoras e dos setores estratégicos da nossa economia, promovendo a atualização tecnológica dos setores tradicionais e a promoção dos novos setores emergentes da economia.

A circunstância de ser uma instituição de crédito integralmente detida pelo Estado aponta para que a vocação universal da Caixa Geral de Depósitos seja chamada a apoiar em cada momento as prioridades definidas pelo Governo em matéria de política financeira e económica, no respeito integral das regras de regulação e supervisão a que se encontra sujeita e dos princípios de sã e prudente gestão.

A Caixa Geral de Depósitos tornou-se depositária de um capital de experiência, solidez e confiança que no atual momento não pode deixar de ser colocado ao serviço do país e dos portugueses, não esquecendo que a sua história é devedora de sucessivas gerações de famílias e empresários que a ela confiaram as suas poupanças e com ela concretizaram os seus projetos.

Permito-me assim, em nome do Governo, partilhar com V. Exa. - pedindo que comunique aos demais membros do Conselho de Administração - a visão sobre a missão, de particular nobreza e responsabilidade neste tempo, que é reconhecida à Caixa Geral de Depósitos, certo de que, ao fazê-lo, recupero igualmente o compromisso e a motivação de cada um dos administradores da Caixa Geral de Depósitos ao aceitar o cargo para que foi designado.

Reiterando o compromisso acionista de apoiar a gestão da Caixa Geral de Depósitos no cumprimento da sua missão - evidenciado no reforço de fundos próprios realizado em 2012 -, o Governo confia que a gestão da Caixa Geral de Depósitos secunda a visão estratégica que o seu acionista único tem da missão do banco público e que a sua ação será guiada para pôr em prática as políticas e as medidas que se mostrem

necessárias para atingir os objectivos que concretizem essa missão.

(1) Conforme se pode ler em www.cgd.pt.

(2) Idem.”

Concluída a sua intervenção, o Senhor Secretário de Estado das Finanças saudou novamente todos os presentes, após o que abandonou a reunião.

Isto posto, o Senhor Presidente da Mesa disse que se entrava no, agora, segundo ponto da ordem do dia, tendo dado a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração para, querendo, fazer a apresentação do Relatório e Contas.

O Senhor Presidente do Conselho de Administração saudou igualmente todos os presentes e referiu que o Relatório que o Conselho apresentou traduzia fielmente o que foi a atividade do Grupo nas suas várias componentes e que o balanço refletia com rigor a situação patrimonial do Grupo.

É um Relatório bastante completo, revelando com suficiente detalhe o que aconteceu no ano de 2012.

Na mensagem inicial, procurou-se apresentar brevemente a envolvente da atuação do Grupo no período em causa.

O sumário executivo, por sua vez, resume os aspetos mais significativos, dos quais os positivos são os seguintes: melhoria do resultado bruto de exploração (7,3%); aumento da margem complementar (57%), graças ao ótimo desempenho das operações financeiras (€ 390 milhões); assunção de política prudente de provisionamento; redução dos custos operativos (9,7%), com relevo para a descida dos custos com pessoal (12,7%); aumento dos capitais próprios em 36,7%, permitindo, através do aumento do capital social, apresentar elevado rácio de CT1 (11,6% em 2012 v/ 9,5% em 2011) e uma robusta situação de solvência; crescimento dos depósitos de clientes (2,4%); aumento da quota de mercado no crédito a empresas em 0,9%, passando para 17,3%; invejável rácio de transformação de 114%; regresso ao mercado de capitais por emissão de dívida sénior não garantida a 3 anos e cupão de 5,625%; redução do recurso ao BCE, que era de € 6.950 milhões em 31 de dezembro; aumento significativo da “pool” de ativos elegíveis disponível de colateral; melhoria de resultados de toda a atividade internacional (€ 118 milhões),

excetuando o mercado espanhol; aumento da margem técnica da atividade seguradora.

Quanto aos aspetos negativos, destacou os seguintes: o resultado consolidado do Grupo, que apresentou um prejuízo de € 394,7 milhões, ainda que com melhoria de € 93,7 milhões em relação ao ano anterior; diminuição acentuada da margem financeira (20,2%); elevado registo de imparidades de crédito, decorrente da recessão (€ 1.010,3 milhões, mais 22,3% do que em 2011); diminuição do ativo líquido de 3,1%; decréscimo do crédito a clientes de 4,5%, que é, no entanto, melhor do que a média do setor; diminuição da qualidade do crédito, com o rácio de crédito vencido a subir para 5,3% e com o rácio de crédito em risco a atingir 9,4%, mais 2,5% do que em 2011.

Realçou ainda que os resultados negativos, embora com efeitos no capital, estão devidamente cobertos, pelo que a CGD está sólida, bem capitalizada, solvente e sem problemas de liquidez.

Para o futuro próximo, o mais importante é a recuperação da rentabilidade, que depende do crescimento do negócio, sempre com exigência na avaliação do risco, e o adequado tratamento dos depósitos e a sua remuneração.

Aludiu ainda à desvalorização da carteira e à perda dos dividendos decorrente das vendas das participações acionistas.

Referiu igualmente as consequências da qualificação do aumento do capital como ajuda de Estado, relevando por último a necessidade de conseguir os maiores proveitos possíveis da área internacional.

Verificando não haver mais intervenções sobre este ponto, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra à Senhora representante do Estado, que votou favoravelmente a aprovação do relatório de gestão e das contas do exercício de 2012, da atividade individual e consolidada, atenta a ênfase expressa na Certificação Legal das Contas Consolidadas.

Passou-se seguidamente ao terceiro ponto da ordem do dia, sobre a proposta de aplicação de resultados, tendo a Senhora representante do Estado votado favoravelmente a proposta do Conselho de Administração, no sentido de que, nos termos do artigo 66º, nº 5, alínea f) e do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 26º dos

Estatutos da Caixa Geral de Depósitos, o prejuízo apurado no exercício respeitante à atividade individual da CGD, no montante de € 679.066.823,00, seja integrado na rubrica de “Outras reservas e resultados transitados” do Balanço.

Sobre o quarto ponto da ordem do dia, a Senhora representante do Estado manifestou um voto de confiança no Conselho de Administração e nos órgãos de fiscalização da sociedade.

Relativamente ao quinto ponto da ordem do dia, sobre a proposta de nomeação dos revisores oficiais de contas, efetivo e suplente, para o mandato de 2013-2015, a Senhora representante do Estado votou favoravelmente a nomeação para o cargo de revisor oficial de contas da CGD a sociedade Oliveira Rego & Associados, SROC, com o número 46 da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com o número de identificação de pessoa coletiva 501794662, representada por Pedro Miguel Marques Antunes Bastos, e a nomeação para o cargo de revisor oficial de contas suplente a sociedade Álvaro, Falcão & Associados, SROC, com o número 62 da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com o número de identificação de pessoa coletiva 502414243, representada por Eleutério Ganilho Álvaro. Ambas as nomeações foram propostas pela Comissão de Auditoria da CGD.

No que respeita ao sexto ponto da ordem do dia, sobre a declaração relativa à política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, a Senhora representante do Estado declarou não deliberar sobre este assunto, dado que o mesmo será objeto de deliberação unânime por escrito a emitir posteriormente pelo acionista.

Esgotada a apreciação e votação de todos os pontos da ordem do dia, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral saudou todos os presentes e, verificando não haver mais intervenções, declarou encerrada a reunião, às onze horas e quarenta e cinco minutos.

Mr. Carlos da Silva
Manuel António Emanuel da Silva
Mrs. Manuel António da Silva

